

Significação.

Revista brasileira de Semiótica, Araraquara, SP
nº 4 - junho 1984

Alceu Dias Lima

"O mundo e o país
sendo uma verdadeira selva, nada mais
natural do que falar em forma de fábulas."
(Claudius)

A FORMA DA FÁBULA Estudo de semântica discursiva

Alceu Dias Lima

1. Preliminares

A insistência no componente imaginário, alegórico, ou até mesmo mentiroso da fábula, com que os dicionários de uso, guardiães do senso comum, a conceituam, dá ênfase à oposição palavra VS fato, que serve de base à orientação metodológica da tradição dos estudos da linguagem, posta em questão em suas pretensões absolutistas, pela linguística de inspiração saussuriana. Embora alguns desses dicionários mantenham o costume de consignar a raiz latina na sua acepção de fala, a definição que acabam por formular e perpetuar, voltada apenas para o sentido (nos nossos termos, para o efeito de sentido), põe de lado a idéia de procedimento discursivo; latente em fala, e trata exclusivamente daquilo que, na investigação mais moderna, será designado como substância do conteúdo. O estudo do sentido só será pertinente quando levar em conta a natureza sógnica, ou melhor, semiótica do sentido, devidamente articulado em expressão e conteúdo.

A consequência dessa tomada de posição dos estudos ditos humanísticos na tradição é que o aspecto propriamente discursivo da fábula, muito bem sugerido, embora não desenvolvido pela denominação, passa a plano secundário, para dar lugar a especulações conteudísticas pouco ou nada consentâneas, insiste-se, das preocupações com a linguagem.

O que o presente estudo se propõe a explorar, ainda que sem acompanhar todo o percurso gerativo, é a fábula em seu esta

tuto semântico. Assim sendo, observações atinentes a aspectos sintáticos da fábula dever-se-ão a que, sendo ela um discurso, torna-se impossível dela tratar, mesmo que perfunctoriamente sem referência explícita ao seu cunho enunciado, entendido enunciado como o resultado da enunciação, e esta como a instância necessária que propicia a passagem das estruturas semióticas ao discurso.

Essa atitude, na pior das hipóteses, acabará, esperando-se, por resgatar a idéia de fala, presente no étimo de fábula, por mais que obscurecida pelas preocupações veridictórias dos que, como Fedro, a tomaram para denominação de seus escritos, de suas fábulas.

O objeto deste trabalho é, pois, a obra de Fedro e, em consequência, a de Esopo, que, a crer os historiadores, o precedeu de cerca de seis séculos, bem como de todos aqueles autores que, antes ou depois deles, produziram textos, os quais, também quando são considerados à luz de critérios semi-linguísticos, continuam chamando-se fábula. Esses textos, postula-se, podem ser anfeixados numa única categoria, ainda que guardem entre si grandes diferenças, quando focalizados pelo discurso de outras ciências do homem que não a semiótica, podendo mostrar atitudes conflitantes, que vão do mais ingênuo e alienante conservadorismo (Cf. Fedro, 66¹) ao mais cáustico e instigante inconformismo (Cf. J. Prévert, "Le chat et l'oiseau"²). Para ser mais preciso, a redação destas reflexões está apoiada na obra de seis escritores tendo fábula como palavra chave do título e mais o poema "Le chat et l'oiseau", das Histoires de Jacques Prévert. Essas fábulas guardam entre si, quer na sua própria estrutura — todas as fábulas —, quer por meio do envio explícito, nominal, ao predecessor (caso das de Fedro, La Fontaine e Monteiro Lobato), relação inter-textual.

As diferenças de fundo — da substância — acima apontadas, de cuja existência se pode duvidar, não afetam, em todo caso, a forma discursiva, que é estruturalmente a mesma, de Esopo e Prévert e a Claudius, conforme se tentará mostrar por

meio de elementos a seguir esboçados.

2. A fábula e a sintaxe discursiva

Mesmo sendo comum certas fábulas alinharem num só e mesmo texto, numa mesma fábula, unidades da história e do discurso (no sentido de Benveniste), não deve isso ser considerado como sendo constitutivo da fábula em geral, ou seja, da fábula enquanto espécie da narrativa. Por exemplo, é sinal indiscutível da presença do narrador no texto a evocação nominal de Esopo em diversas das narrativas fedrianas. Esse nome próprio de pessoa denuncia a presença no texto de um narrador do discurso que enuncia Esopo que diz a fábula. E essa irrupção do discursivo na história é sem dúvida digna de nota na fábula em que se encontra, mesmo porque em muitas outras isso não ocorre. O procedimento pode ser homologado à forma pela qual Claudius termina uma das suas fábulas (e seu livro de fábulas), onde escreve:

"Moral:

histórias como essa não têm moral alguma."³

em que a palavra moral, desambiguizada pela disposição na página e pela posição no fim da fábula, ao mesmo tempo em que desmistifica a maneira tradicional, estereotipada de se contarem fábulas, confirma performativa, metalinguística e até poética — mente a estrutura fabular da tradição esopo-fedriana. Convém lembrar aqui que essa palavra, moral, corresponde, como variante, a ensina, que serve de predicado da frase metalinguística "A fábula ensina..." e sinônimos, ou ao discurso equivalente de expressão suprasegmental. Não esquecer também que só pela catálise dos componentes da sintaxe da linguagem verbal por ela implicados é que essa palavra pode ser sintatizada ao conjunto da fábula. A frase resultante da catálise seria mais ou menos esta: A moral desta fábula é...

Como se vê, qualquer que seja a maneira pela qual se manifesta o discurso representado, neste caso, por moral, ele

-64-

é sintaxicamente exterior tanto à história em si quanto à moral da fábula. Sem o recurso aos conceitos postos à disposição pela teoria da enunciação, não há nenhuma possibilidade de explicação metodológica desse discurso na economia de uma fábula. A prova é que até hoje os estudos sobre a fábula só viram nela a história e a moral. Esse costume é mais uma confirmação do preconceito conteudista, inicialmente apontado. Não ler o discurso metalinguístico da fábula, seja qual for a maneira pela qual se exprime: seja pela simples palavra moral, seguida de dois pontos e em destaque, encabeçando parágrafo, depois da história, ou como faz o grego com o seu ho mýthos dêloi, "a fábula mostra" e sua tradução latina multivariada: testatur haec fabella propositum meum; paucis ostendamus uersibus...; testis haec narratio est; id esse uerum parua haec fabella indicat, ou mesmo pela simples mudança de entonação que se dá à prolação do enunciado, não ler esse discurso é, no mínimo, deixar incompleta a tarefa linguística de análise do discurso pelo qual o texto da fábula se atualiza. Este é parte, queira ou não o analista, do discurso da fábula, e o trabalho de análise só poderá ser dado por concluído quando todas as seqüências que o formam tiverem sido localizadas, apreciadas e coerentizadas como plano de expressão do conteúdo que se está analisando.

Como ficou dito, o instrumental de que pode valer-se o estudioso para a leitura das seqüências metalinguísticas como estas é o que se prende à problemática da enunciação. A enunciação aqui preconizada é a que se concebe como "instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas)"⁵. E o discurso metalinguístico que introduz a moral da fábula, por ela pressuposto, é precisamente uma dessas marcas. A presença da palavra moral, ou, o que dá na mesma, a mudança de tom (para mais grave) que a leitura da moral em si mesma exige, sugerida fortemente, por exemplo, por Millôr Fernandes,⁶ mediante procedimentos gráficos, trai de modo inequívoco a existência do narrador, isto é, daquele que enuncia, do responsável enfim, pela enun-

-65-

ciação. A bem considerar, todo e qualquer enunciado, qualquer texto ou discurso, ainda que não ultrapasse os limites de uma única frase, com marcas ou sem elas, implícita a sua enunciação. O destaque está sendo dado aqui às marcas enquanto lugar privilegiado que são dessa instância linguística e do seu papel na leitura da fábula. Se se insiste na apreciação de um único lugar — o do discurso metalinguístico de expressão variada, pois vai da frase elíptica à simples mudança de tom elocutório e aforístico, que serve de conexão entre a história e a moral — para o estudo da enunciação, será em primeiro lugar por causa do alcance que o problema adquire na teoria geral da narrativa e a seguir por causa do esquecimento a que tem sido relegado em estudos da fábula, para os quais essa parte simplesmente não existe. Mas é claro que um trabalho que tenha por objeto o desenvolvimento do assunto, não é o caso deste, que se dará por contente de lançar-lhe os fundamentos, terá de levar em conta questões de monta como a da debreagem e a da embreagem. Pela primeira, cria-se o efeito de sentido referencialidade, mediante o apagamento das marcas da enunciação; pela segunda, o efeito de sentido enunciação, graças à instalação no discurso dos termos categoriais apropriados que podem ser sintetizados em "eu-aquí-agora". É, por exemplo, pelo procedimento da debreagem dita enunciativa que um ator Esopo aparece como narrador na fábula de Fedro, como naquela onde se lê:

Cum tristem seruitutem flierent Attici,
(...)

Aesopus talem tum fabellam rettulit.⁷

"Como os atenienses estivessem a chorar o peso da servidão, foi aí que Esopo contou a seguinte fábula."

O exemplo ilustra ainda, pelo emprego de tum = "Naquele momento", portanto não agora e de Attici = "os de Atenas", com que se eliminam ao mesmo tempo o eu (mais uma vez) e o aquí, a debreagem temporal e a espacial.

Por mais pertinentes que sejam na análise de muitas fá-

bulas, de cuja estrutura particular são constitutivos, esses procedimentos da sintaxe discursiva, a qual compreende a enunciação com seus desdobramentos de actorialização, especialização, temporalização, não são abrangentes o bastante para que se possam situar todas as fábulas, nem se restringem ao âmbito da espécie, de modo a servir de fundamento à sua organização sintáctica particular. No que concerne aos procedimentos mais da sintaxe discursiva, tudo leva a postular que, desse ponto de vista — o da sintaxe discursiva — a fábula é um discurso qualquer e como tal deve ser tratada.

3. A fábula e a semântica discursiva

É constitutiva da fábula a instalação no seu texto de atores 1. não-humanos, ainda que por vezes antropomorfos, quais respondem por ações não-humanas, e 2. humanos, por que figurativizados, responsáveis por ações — virtuais — humanas. Atores não-humanos são os da história e atores humanos, da moral. A oposição antropomorfo VS humano será pertinente se se levar em conta que a existência de fábulas com a presença de pessoas (mescladas ou não a animais) entre os atores da história, mesmo que obtida por nomes marcados em seu núcleo pelo termo humano (um rei, um homem, um pastorzinho, Américo Fisca-pisca, a menina do leite, uma viúva, etc.), não se referem ao ser humano como tal, "ao que é próprio do homem" e sim ao que é incidental, rotineiro, adquirido culturalmente em decorrência do gosto, do hábito, do capricho e até do vício ou mesmo de deficiências congênitas, de tudo aquilo, em suma, que pode resultar na transformação do homem em tipo, em caricatura, em desumano. Esse efeito de sentido desumanização (do humano) tem-se na fábula pelo emprego de nomes derivados (motivos, segundo J. Barthes), indicadores de perfilagem, como, tipo: o poeta, o pastor, o soldado, o rei, o lavrador que por derivação: o homem do rei e o homem mais velho, o estolido: quem é o professor pagreiro, a moça do leite, quem pelo uso de nome

próprio pitoresco ou apelido: Américo Fisca-pisca, Prof. Sá Bi-chão, Patarata, Izé Biriba, Zé Galinha ou que registre hábitos discriminatórios, defeitos físicos ou morais: Unha de Fome, Jeca, José dos Andrajos, Farco de Alcântara, Patarata, Pedro Pereira Pedrosa, ou simples adjetivo substantivado: o orgulhoso, o ébrio, o calvo, o velho, etc.

Quanto aos atores humanos da fábula, figurativizados ou não, são eles os instalados na moral para retomarem, em plano virtual, o programa narrativo atualizado na história. Se se exclui da moral, que sempre conta uma história de homens, ao contrário da história, que sempre conta uma história de bichos, mesmo que tenha, para isso, de recorrer à desumanização como se viu, se se exclui da moral o aparato de embreagem enunciativa constituído da palavra moral ou de procedimentos equivalentes, todos de natureza metasemiótica, tem-se um discurso debreado enuncivamente, como o de uma verdade científica. Nesta, os atores são sempre os homens ou figuras deles ancoradas por outras semióticas (provérbios, ditos sentenciosos, ou paródias deles), cuja interpretação deve ser feita anteriormente à do discurso que suporta a fábula, a fim de que possa servir de plano de expressão desta.

Num nível mais profundo, a leitura integral de uma fábula qualquer mostrará a disseminação ao longo de toda ela, ou seja, tanto ao longo da história quanto da moral, dado que esta recapitula, se bem que virtualmente, os programas e percursos narrativos daquela, dos mesmos valores já atualizados pela semântica narrativa, num processo que se pode chamar de tematização. Esta, a tematização, será mais abstrata, difusa, na moral, podendo-se então dizer que ela é um discurso não figurativo, e mais concreta, mais concentrada, na história; dir-se-á então da história que ela é, por seu estatuto temático, um discurso figurativo. É a tematização obtida por esses dois procedimentos que dará como resultado a fábula. Mas, afinal, não é esse um comportamento normal de todo aquele que discorre, que discursa, por tempo mais ou menos longo sobre qualquer assunto?

Qual o orador (sacro, forense, parlamentar), qual o professor, conferencista, que não joga com esses dois procedimentos, que não equilibra estrategicamente a doutrina e o exemplo, a frase séria e o dito chistoso?

Essas últimas observações parecem deixar claro estar-se no domínio de fenômenos discursivos que abrangem muito mais do que a fábula. Esta, se se quiser ater-se à sua especificidade, deve ser estudada naquele âmbito restrito dos procedimentos semânticos a que se chamou aqui da desumanização. Eles situam a fábula na instância da manifestação. Em níveis mais profundos esse tipo de narrativa não se distingue do apólogo, do conto, da lenda, e nem mesmo da novela e do romance, já que problemas de extensão não são aqui pertinentes, como pertinente não é a ordem em que se apresentem história e moral, uma em relação à outra. A rigor, não é necessário que a moral se encontre topicamente plantada antes ou depois da história, podendo ela disseminar-se pelo discurso da história, o que dá a impressão superficial de que não há moral. Ela será obtida, neste caso, por um curso à enunciação. Não seria então, volta a insistir-se, a enunciação e, portanto, a sintaxe, constitutiva da fábula? Das vezes em que isso ocorre, sim, não porém, da fábula em geral.

NOTAS

1. O número nas citações de Fedro é aquele que aparece em um grito antes de cada fábula do autor na edição "Les Belles Lettres" da coleção Guillaume Budé.
2. Prévert, Jacques - "Le chat et l'oiseau". In Histoires. Gallimard, Paris, 1963, p. 70.
3. Claudius - Era uma vez... Fábulas políticas. Brasiliense, São Paulo, 1980. (Última página).
4. Catálise é termo posto em circulação por L. Hjelmslev. Para a sua correta aceção, ver Dicionário de Semiótica, s.v. catálise.
5. A-J. Greimas e J. Courtès, Dicionário de semiótica s.v. Enunciação, 1.

6. Millôr Fernandes - Fábulas Fabulosas. Nórdica, Rio de Janeiro (6ª edição) 1963. (Todas as fábulas).
7. Fedro, Fábulas, 3

NOTA BIBLIOGRÁFICA

TEXTOS

- Esopo - Fables. Société d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, 1967.
- Fedro - Fables. Société d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, 1969.
- La Fontaine - Oeuvres complètes. Éditions du Seuil, Paris, 1965.
- Prévert, J. - Histoires. Gallimard, Paris, 1963.
- Monteiro Lobato - Fábulas. (20ª edição) Brasiliense, São Paulo, 1967.
- Millôr Fernandes - Fábulas Fabulosas. (6ª edição) Nórdica, Rio de Janeiro, 1963.
- Claudius - Era uma vez... Fábulas políticas. Brasiliense, São Paulo, 1980.

SEMIÓTICA

- Benveniste, E. - Problemas de lingüística geral. Tradução de M.A. Novak e L. Neri. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- Greimas, A.J. e Courtès, J. - Dicionário de Semiótica. Cultrix, São Paulo, 1983.
- Greimas, A.J. - Maupassant. La sémiotique du texte. Éditions du Seuil, Paris, 1976.